

**EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS:
um desafio teórico-metodológico**

Gustavo Moura de Oliveira
Doutorando em Ciências Sociais
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
comanchi@hotmail.com

RESUMO

Este esforço trata da relação do Estado com a sociedade civil e os efeitos das políticas públicas no interior dos movimentos sociais. Estuda, na busca por uma compreensão ampla e plural, a interação dos diferentes atores estatais e societais que resultam em políticas públicas e em avanços/estagnação/retrocessos dos movimentos, considerando o desenho neoinstitucional dos Estados latino-americanos pós-ditaduras e redemocratizações. Intenta-se ampliar a perspectiva de análise em um esforço que se propõe a investigar a realidade que está para além da relação de embate e enfrentamento onde não se percebem diálogos entre o Estado e os movimentos sociais, por um lado, e da perspectiva da institucionalização ou cooptação dos movimentos sociais por parte do Estado, por outro.

As políticas públicas importam para os movimentos sociais? Ainda se sabe pouco sobre as consequências políticas e institucionais das políticas públicas na organização interna e externa dos movimentos. Em primeiro lugar, nas teorias dos movimentos sociais, os primeiros estudos da relação Estado-movimentos sociais focaram-se nas ações de confrontos e no potencial organizativo dos movimentos. Por segundo, os pesquisadores analisaram os resultados dos movimentos em seu contexto político, destacando seus repertórios na esfera pública, suas alianças e sua penetração na estrutura do Estado. As abordagens de políticas públicas, por sua vez, também não oferecem, sozinhas, ferramenta teórico-analítica capaz de responder em que circunstâncias as políticas públicas influenciam nos movimentos sociais (CARLOS; DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2016).

Avaliar os efeitos das políticas públicas no interior dos movimentos sociais torna-se relevante no contexto pós-ditadura e redemocratização, em face de dois fenômenos que caracterizam as interações entre Estado e sociedade no Brasil contemporâneo. O primeiro diz

respeito a crescente participação institucionalizada de movimentos sociais e atores da sociedade civil nas políticas públicas, mediante a multiplicação das instâncias de participação e controle social em diversas áreas de políticas públicas (PIRES, 2011). E, o segundo, se refere ao notório engajamento de movimentos sociais, ativistas e organizações da sociedade civil no processo de produção e implementação de políticas públicas (CARLOS, 2012, 2015b). Nesse contexto, muitos movimentos recorrem aos arranjos participativos como canal de mediação da relação Estado-sociedade.

É a partir da reflexão sobre estes dois fenômenos citados que reside a contra intuição que sustenta a importância da pesquisa aqui proposta. Já é considerável o número de pesquisas que tem se importado com a influência e efetividade dos movimentos sociais na formulação e implementação de políticas públicas, contudo, o caminho contrário ainda é de pouco interesse por parte dos pesquisadores da área. É intuitivo, porém, pensar que em um movimento inverso, assim como os movimentos sociais importam para as políticas públicas, estas também importam para os movimentos sociais.

Este esforço espera seguir avançando em análises recentes no campo de estudos de movimentos sociais que consistem em romper com as visões de externalidade dos movimentos em face da institucionalidade política (SILVA; OLIVEIRA, 2011) e as perspectivas antitéticas que opõem institucionalização e mobilização (CARLOS, 2015a). No primeiro caso, os autores constataam um padrão de intersecção entre movimentos e Estado impulsionado pelo “trânsito institucional” de militantes para agências governamentais, em processos mediados por partidos políticos de esquerda (SILVA; OLIVEIRA, 2011). No segundo, a autora demonstra que, no contexto pós-transição de institucionalização dos canais de mediação, os movimentos sociais combinam uma diversidade de padrões de interação com o Estado que pode prescindir da oposição mobilização versus institucionalização (CARLOS, 2015a, 2015b).

O olhar dicotomizado para as formas de interação dos movimentos com o Estado e as instituições políticas dificulta desnudar a diversidade de repertórios que as coletividades podem desenvolver. Desse modo, existe uma variedade de modelos organizacionais nos movimentos e romper com as oposições e visões polarizadoras permite reconhecer uma certa

pluralidade na ação desses, que pode se consubstanciar em “padrões híbridos” de interação. A combinação pelos movimentos de ações com uso da política institucionalizada e não institucionalizada oferece pistas acerca dos aspectos dos movimentos e das instituições do Estado que se somam com a explicação dos resultados das ações daqueles.

Seguindo uma tendência de pensamento que não acredita nas dualidades surgidas da modernidade mas que, por outro lado, também não crê no fim da importância e do simbolismo das instituições (estatais e societais), se impõe a principal questão desta proposta de pesquisa: como o Estado, através das políticas públicas, influencia os movimentos sociais e o nível de participação social? A partir desta questão central, o objetivo desta trabalho é analisar a interação entre Estado e sociedade civil, a fim de buscar uma compreensão ampla e plural dos efeitos das políticas públicas nos movimentos sociais, considerando as políticas e o movimento de economia solidária no Brasil.

Este esforço se trata de uma primeira exploração e experimentação de uma pesquisa que resultará em uma tese de doutorado. Foram entrevistadas quatro militantes do movimento de economia solidária no Vale do Rio dos Sinos (duas de Canoas e duas de Novo Hamburgo) e analisadas as políticas de economia solidária nestes dois municípios, os dados coletados através de entrevistas semiestruturadas e de pesquisa documental estão em fase de análise e interpretação. Por ora, pode-se dizer que o movimento social de economia solidária soube perceber o redesenho do Estado brasileiro a partir da redemocratização e, em especial, a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores à Brasília. Ainda de forma preliminar, é possível afirmar que este movimento lançou mão de um importante repertório de ação, repertório que inclui desde participação efetiva em Instituições Participativas, ocupação de cargos, cartas de repúdio até manifestações de rua. Espera-se, na sequência do trabalho de compreensão dos dados coletados no campo, chegar à uma sistematização dos efeitos das políticas públicas no movimento de economia solidária a fim de contribuir teórico-metodologicamente para o campo de estudos.

REFERÊNCIAS

CARLOS, E. (2015a). **Movimentos sociais e instituições participativas:** efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 83-99, jun.

_____. (2015b). **Movimentos sociais e instituições participativas:** efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição. Belo Horizonte: Fino Traço, 468p.

_____. (2012). **Movimentos sociais e instituições participativas:** efeitos organizacionais, - relacionais e discursivos. Tese de Doutorado (Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/USP, mimeo, 398p.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. (2016). **Os movimentos sociais afetam as políticas públicas?** Respostas (não) encontradas nas principais abordagens. Anais 10º Encontro da ABCP.

PIRES, R. R. C. (org.). (2011). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação.** Brasília: IPEA.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. (2011). **A face oculta(da) dos movimentos sociais:** trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 86-124, set. /dez.